

Elvas, património mundial da UNESCO: O significado da classificação

Domingos Bucho
Escola Superior de Educação
do Instituto Politécnico de Portalegre

A palavra património entrou no léxico do cidadão comum há muito pouco tempo. Claramente após o 25 de Abril de 1974. Antes pertencia ao discurso do poder, que usava o património com finalidades político-ideológicas, através da chamada “política do espírito”, de António Ferro, à frente do Secretariado de Propaganda Nacional. O património construído constituía, frequentes vezes, o cenário de acções de propaganda da ditadura, habilmente montadas – como a Exposição do Mundo Português, em 1940 –, onde se procurava legitimar os ditadores como herdeiros incontestáveis dos “egrégios avós”. Entre outras muitas coisas, não esqueçamos, estávamos proibidos de discutir “a Pátria e a sua História”, e, claro, “a autoridade e o seu prestígio”.

Mas a palavra património e o conceito actual que lhe atribuímos aparecem muito antes em Portugal, constituindo bandeira de luta de assanhados liberais e românticos, como Garrett (1799-1854) e Alexandre Herculano (1810-1877), a partir da primeira metade do séc. XIX. O primeiro, criticando, nas *Viagens na Minha Terra* (1845/6), aquele Portugal coriáceo que, do governante ao governado, assistia, com imperturbável ignorância, à perda de dignidade e à destruição dos “padrões” da sua história. O segundo, liberal de espingarda empunhada, teve, ao mesmo tempo, a lucidez de defender “a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração

às tradições gloriosas e santas do passado”. Aliás, como o fizera Victor Hugo (1802-1885), em França, nomeadamente através do panfleto: “Guerre aux démolisseurs” (1825). Considerado o “pai” da história científica no país, pela exigência de fundamentação documental das interpretações, o autor de *Portugaliae Monumenta Historica* (i. 1856) fez uso da sua verve romântica, nas páginas da revista *O Panorama*, entre 1838 e 1839, para clamar contra a destruição do património arquitectónico nacional. Homem que via muito para além da sua época, foi também ele pioneiro no entendimento de que “um monumento, recomendável como objecto de arte, é um capital produtivo” no âmbito do turismo cultural.

E depois de Garrett e Herculano, Mendes Leal (1818-1886), com os *Monumentos Nacionais* (1868), Ramalho Ortigão (1836-1915), com *O Culto da Arte em Portugal* (1896), Gabriel Pereira (1847-1911), com a conferência intitulada “Monumentos Nacionais” (1909), e tantos outros vultos da nossa intelectualidade esclarecida, que ajudaram a criar a ambiência, a cultura de Estado e as organizações que, já no alvorecer da República, produziram, em Junho de 1910, a primeira lista dos monumentos nacionais portugueses.

Obviamente que todo este movimento liberal e romântico oitocentista, em prol do património cultural português, se filia no acontecimento crucial, de definitiva separação de

águas, que marcou o início da contemporaneidade: a Revolução Francesa de 1789, que, como sabemos, teve no Iluminismo um dos seus mais importantes esteios. Há muito se compreendia que o progresso humano, da economia à cultura, exigia a liberdade, como condição *sine qua non*, o que se havia de traduzir na *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (1789). E passados os excessos revolucionários contra os símbolos materiais do *Ancien Régime* (no decurso dos quais a palavra vandalismo começou a ser usada), é a França da *Liberté, Égalité, Fraternité* que cria: uma rubrica no orçamento de estado para a conservação dos monumentos (1819); o cargo de *Inspecteur des Monuments Historiques* (1830); a *Commission des Monuments Historiques Nationaux* (1837), que publicará, em 1840, a primeira lista de monumentos, com 934 bens inventariados. Doravante, e é esta a grande conquista do séc. XIX em matéria patrimonial, já não era necessário que os bens materiais do passado possuísem valor artístico e de alguma forma económico, para integrarem o conceito de património cultural: bastava que evocassem ou documentassem acontecimentos, épocas, personalidades, técnicas, costumes, etc., considerados historicamente importantes. Tinha sido criado o conceito de “monumento histórico”: do latim *monumentum*, de *monere*, que significa lembrar. Desde então, a par dos monumentos comemorativos, com uma criação *ad hoc*, começaram a inventariar-se os que, não tendo sido criados propositadamente para lembrar fosse o que fosse, a história os tornou evocativos de algo que as nações valorizavam culturalmente.

Intercalemos aqui um comentário a propósito: ora residindo neste poder cultural evocativo a sua verdadeira importância/função, podemos defender o “direito à inutilidade” dos monumentos, como já o fez Paulo Pereira (1996), aquela “inutilidade necessária para uma espécie de saúde psíquica das comunidades. A tranquilidade da “ponte” de Heidegger, que une duas margens [neste caso o passado e o presente] e constrói, pelo simples facto de existir, um lugar”. Referimo-nos, claro está, àquele conceito tão contemporâneo de utilidade, entendido no seu carácter mais crua e estritamente prático e económico. É que se vive uma moda inconsequente e ignara, de apenas se enquadrar a conservação dos monumentos

históricos em projectos de reabilitação para pousadas, restaurantes, bares e espaços polivalentes para eventos de toda a espécie, contra os quais, devo esclarecer, nada tenho contra, quando justificáveis e a carácter com o estatuto do monumento. Mas com esta desculpa, têm-se travestido ou enxertado monumentos que, não só não ganharam a almejada sustentabilidade económica, como perderam a sustentabilidade cultural, ou seja, perderam poder evocativo, a sua função primordial, e, em alguns casos, deixaram mesmo de justificar a visita turística: ou porque ficaram vedados acessos fundamentais para a fruição do monumento, ou porque essas intervenções onerosas esqueceram o fundamental: a interpretação! É o caso, sobejamente provado, do castelo de Portalegre.

Mas voltemos à história. O que haverá de comum nestes três momentos históricos que saltitámos e de que forma se relacionam com o património: a Revolução Francesa de 1789, a nossa Revolução Liberal de 1820 e o 25 de Abril? A questão é que o património cultural de um povo, ou seja, os testemunhos com valor de cultura ou de civilização que devem ser objecto de especial protecção e valorização (para usar a definição do conceito na nossa “lei de bases”), e que por isso mesmo dão corpo à nossa identidade, só são assumidos como tal quando a nação exerce, de facto, a sua soberania sobre esses bens, podendo democraticamente geri-los, como *res publica*, decidir o seu destino, sentir a valorização desses bens como uma valorização pessoal pelo sentido de pertença, de identidade. É este factor histórico-político que pode induzir o interesse da nação pelo património, a par do nível de educação e cultura do seu povo.

Ora é fácil compreender por que razão foi a Revolução Francesa um acontecimento fundacional a este propósito. A origem do monumento histórico pode encontrar-se nas consequências da transferência, para a propriedade nacional, logo a partir de 1789, de uma imensa quantidade de imóveis pertencentes à Igreja, a alguns nobres e à Coroa. Esta mudança de propriedade trouxe a necessidade de inventário, de regras de gestão, de conservação e de novas utilizações, a cargo de comissões diversas. Por sua vez, o património móvel criou outra necessidade: a sua exibição pública, em museus, um pouco por todo o território, ganhando o Louvre o estatuto de museu simbólico do

património nacionalizado. Estabeleceram-se, também, nove condições (ou valores) que impediam a destruição de património. Tentando sintetizar: o valor plástico, a antiguidade (anterior a 1300), a beleza artística, o valor histórico-documental e o valor antropológico. Estava definido o conceito de património histórico-cultural, apontando alguns textos, inclusivamente, o seu valor económico enquanto atracção pelos praticantes do *Grand Tour*, que viriam a designar-se por *touristes*.

Com o séc. XIX, assiste-se à consolidação de todos estes conceitos. Foi um tempo rico para a história do património, para a história das teorias de conservação e restauro, que saudavelmente se digladiaram, fazendo o *restauro científico* de Camilo Boito (1836-1914), a síntese entre o conservacionismo romântico de John Ruskin (1819-1900) e a purificação estilística fantasiosa de Viollet-le-Duc (1814-1879), serodidamente seguida pelo nosso Estado Novo.

E só nos meados do século passado, vencidas crises económicas e ditaduras várias que desembocaram em guerras civis e mundiais, se constituiu, no seio da ONU e no mesmo ano da sua fundação (1945), a UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. O prolongamento da paz na Europa trouxe a possibilidade do aprofundamento da cooperação e do progresso cultural, e assim foi que, em 1964, no II Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, foi concebida a Carta de Veneza (no seguimento da pioneira Carta de Atenas de 1931) que ainda constitui o documento de referência internacional mais importante em matéria de conservação e valorização de monumentos. Nesse mesmo congresso, e por proposta da UNESCO, foi criado o ICOMOS (1965), Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organização não-governamental, associada à UNESCO, cuja missão é a promoção da protecção, conservação, utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios, bem como a produção de teoria, metodologia e tecnologias de intervenção.

Finalmente, como consagração deste percurso ascensional do património histórico-cultural, eis que, em 1972, através da Convenção de Paris, a UNESCO cria um novo conceito – o de património mundial –, ao qual

o Portugal democrático aderiu em 1979 (Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho). Por razões que facilmente se adivinham, também só após o 25 de Abril (1980) foi possível criar a comissão nacional portuguesa do ICOMOS. A partir de então, e com a finalidade última de conservar e valorizar a identidade cultural de toda a humanidade, a UNESCO iniciou a constituição de uma lista de bens que se considerassem património, não apenas dos países seus proprietários, mas do mundo, por considerar que o seu hipotético desaparecimento representaria uma perda geral para toda a humanidade. É aqui que podemos apontar o primeiro significado da recente classificação de Elvas: uma honra!

1. Uma honra

Aquilo a que chamamos património mais não são do que valores, neste caso culturais. Pois os valores do património militar elvense foram assumidos pela comunidade internacional por se entender que fazem parte da identidade de toda a humanidade; quer o património material, que se apresenta imponente perante os nossos olhos, quer o intangível, ou seja, o dos significados profundos.

Concretamente, o que em Elvas foi construído para defender o país, sobretudo nos séculos XVII, XVIII e XIX, é um exemplo excepcional da chamada arquitectura militar abaluartada, com uma autenticidade e integridade a toda a prova, cuja dimensão, verdadeiramente colossal, ainda mais potencia.

Mas se considerarmos, também, o castelo e as cercas urbanas medievais, de fundação muçulmana, então, estamos a falar de mil anos de fortificações e de história militar que se confundem com a história do próprio país.

Elvas guardou, pelo menos desde 1297, desde o tratado de Alcanizes, a fronteira mais antiga da Europa (ou do mundo?). E guardou-a no seu ponto mais vulnerável, justificando-se o epíteto que lhe foi atribuído, desde o séc. XVII, de “Chave do Reino”.

Todos os valores que apresenta, porque excepcionais e universais, foram reconhecidos pela UNESCO. E agora, é como se o mundo inteiro tivesse dito ao país em geral e aos Elvenses em particular: “você são os fiéis depositários de um tesouro que também é nosso, por favor, conservem-no e valorizem-no”. É

esta a missão, posta agora nas nossas mãos, por toda a humanidade, sublinho, que constitui uma elevada honra, mas também, e aqui se apresenta o segundo significado da classificação: uma enorme responsabilidade.

2. Uma responsabilidade

Por todas as razões já invocadas, a tarefa de conservar e valorizar este património constitui uma enorme responsabilidade, a que acrescentarei, e uma enorme dificuldade, desde logo pela sua dimensão. Elvas possui o maior conjunto de fortificações abaluartadas terrestres, de fosso seco, do mundo, o que constitui um trunfo importante na candidatura. Mas como diz o povo: “grande nau, grande tormenta...”

Acresce a este facto outra dificuldade: é que o município não é proprietário de nenhuma fortificação; elas são todas propriedade da administração central, sendo as abaluartadas do Ministério da Defesa; apenas o Forte de Santa Luzia é gerido pela Câmara através de um protocolo de cedência de gestão, celebrado em 2001. E nota-se bem a diferença... Por comparação com o outro forte, o da Graça, dir-se-ia que não pertencem à mesma cidade. Foi tal a irresponsabilidade da administração central, desde logo do Ministério da Defesa, mas também do Ministério da Cultura (porque é de cultura que estamos a falar), de todos os governos que têm passado pelo país, que foi precisamente durante a candidatura que o forte perdeu o piquete militar de segurança que sempre possuiu e se escancararam as portas ao vandalismo. Será que o Ministério da Defesa não pode disponibilizar, em tempo de paz, três homens para guardarem o forte? Não se percebe que esta guerra, a da cultura, a do desenvolvimento e a da defesa da dignidade da Nação, é tão ou mais importante que a outra que felizmente só existe, presentemente, em cenários hipotéticos? Não fosse a Câmara limpar o forte durante os dois meses que antecederam a visita de avaliação do ICOMOS, e teria sido fisicamente impossível proceder a tal visita.

Importa aqui esclarecer que as candidaturas a património mundial são todas, e exclusivamente, do Estado; o Município e o IPP foram, tão só, entidades promotoras e, no caso da Câmara, a entidade gestora, directa, da

elaboração do dossiê, embora sem autonomia, diga-se. Gostaria de vos confirmar, como seria lógico que acontecesse, que as candidaturas a património mundial, em Portugal, constituem iniciativas culturais de Estado ao mais alto nível, onde todas as áreas governamentais participam de forma integrada. Infelizmente, não é isto que acontece, nem tão pouco as iniciativas das candidaturas têm partido do Estado: por alguma razão Portugal esperou 40 anos para classificar Elvas, quando teria sido tão mais fácil fazê-lo antes. E quanto à falta de coordenação, à passividade e alheamento inadmissíveis perante estes processos, o Forte da Graça, que mais apropriadamente se poderia chamar “da desgraça”, aí está para o demonstrar. Lembra-me aquele poema de Mário Dionísio, “País de azulejos partidos” (1982):

*País de azulejos partidos
de erva trepando entre paredes em ruína
País entregue à sua sina
sem olhos e sem ouvidos
(...)
País que tudo quer e nada quer tudo suporta
País do faz como vires fazer
País do quero lá saber
do quem vier depois que feche a porta*

A forma correcta de enfrentar este grande desafio, em que se tem que lutar contra o desleixo do próprio Estado, será cumprir o Plano de Gestão aprovado, criando as estruturas e os instrumentos previstos. Refiro-me ao Plano de Pormenor, ao Gabinete das Fortificações de Elvas e a uma outra entidade que deve chamar à participação todas as forças vivas da cidade. Depois, é trabalhar com ritmo e com qualidade, resistindo aos voluntarismos casuísticos para que a ansiedade por vezes nos impele, levando-nos a percorrer caminhos que geralmente nem são os mais curtos nem os melhores.

Noutra perspectiva, uma parte substancial da responsabilidade pela gestão está em sermos capazes de transmitir aos outros – não só aos que nos visitam, mas à própria comunidade local e regional –, numa missão intrinsecamente educativa, os valores que foram assumidos por toda a humanidade. São as maiores fortificações do mundo do seu género, pois claro, não há dúvida, mas temos que ir mais além e mais fundo, porque a dimensão é algo superficial, que está à vista de todos;

para além de informar, temos que interpretar o património e explicar:

– em que consiste esse tal “método de fortificação holandês” de que Elvas é o melhor exemplo que chegou aos nossos dias?;

– por que razão o Forte de Santa Luzia é tão singular que poderá obrigar a reescrever a História da Arquitectura Militar europeia?;

– que aspectos importantes levaram experimentados e prestigiados militares europeus a considerar o Forte da Graça uma obra-prima, onde a arte de fortificar se havia esgotado completamente;

– por que razão são todos estrangeiros os autores destas fortificações?; e quem foram verdadeiramente essas pessoas?;

– o que aconteceu pormenorizadamente em Elvas, em cada evento bélico, e em que contexto político-militar se deve inserir?

Tantas e tantas perguntas, a que o sistema de interpretação tem que dar resposta, com a qualidade científica e pedagógica que o património mundial exige, e em várias línguas, deixem-me lembrar, porque Elvas agora é do mundo! E é por ser do mundo que mencionarei o terceiro e último significado da classificação: uma oportunidade!

3. Uma oportunidade

Eu diria, a grande oportunidade da história da cidade para desenvolver o sector da cultura e do turismo de forma integrada e sustentada. Sector que não pode ser considerado a panaceia para todos os males e em que não podem ser depositados optimismos exagerados. Todos sabemos – está na teoria e na história da actividade – que o desenvolvimento turístico não depende, apenas, das qualidades intrínsecas da atracção. E ainda que a animação turístico-cultural que se venha a fazer futuramente seja de excelência, como se pretende, há factores determinantes dos fluxos turísticos que não dependem de Elvas. Concretamente, o desenvolvimento do turismo internacional nesta zona interior – que abarca quatro bens do património mundial que poderiam constituir uma oferta em rede (Cáceres, Mérida, Elvas e Évora) – depende, em larguíssima medida, das capacidades e dinâmicas futuras do aeroporto de Badajoz que, como sabemos, partilha a pista com uma base aérea militar.

Mas sobre esta questão do turismo, confesso fazer-me muita impressão que a comunicação social tenha focalizado a importância da classificação na área da economia, exactamente por via do turismo, ao ponto de questionarem o Museu Militar, na semana seguinte à classificação, se já se registava um aumento significativo de turistas. Bem sei que a importância do sector é enorme; concordo que seja legítimo esperar que tal venha ajudar a cidade e a região. Mas passar da cultura para a economia a importância, o enfoque, de uma classificação de património mundial, é ter da matéria uma visão enviesada, e é meio caminho para se vir a concluir, mais tarde, que se o turismo não se desenvolver de modo a resolver os problemas da cidade, então, a candidatura terá sido inútil (e aqui temos de novo a questão da “utilidade” que abordámos há pouco). Quem tal opinar, tão pouco compreendeu que as portas que agora se abriram têm na raiz, não um investimento económico, mas precisamente uma intervenção eminentemente cultural, uma candidatura a património mundial. De resto, há muito se sabe que é no nível educativo, cultural e de formação técnico-profissional de um povo que assenta a sua verdadeira riqueza e capacidade para a resolução de problemas nacionais. *Mutatis mutandis*, lembro aquele poema da Natália Correia, “A defesa do poeta”, quando diz: “(...) ó subalimentados do sonho / a poesia é para comer!”

Finalizo

De parceria com o município de Elvas, o IPP deu um contributo técnico-científico determinante para colocar uma das cidades do nosso distrito, onde, aliás, tem uma escola, na lista do património mundial da UNESCO. Provámos que o ensino superior politécnico não serve apenas para formar os escassos alunos que o litoral deixa escapar e os que aqui vão nascendo, cada vez em menor número: aqui, o ensino superior politécnico é factor determinante de sustentabilidade, eu diria mesmo, de sobrevivência. No seio de uma crise que nos parece insuperável, e para a qual a despesa pública deste distrito por certo não contribuiu, ajudámos a criar um marco cultural de importância mundial. Exortamos a Câmara de Elvas e os Elvenses em geral, a tomarem

nos seus braços, com o ânimo que os caracteriza, a responsabilidade e a oportunidade desta honra, e esperamos que, pelo menos agora, que o mais difícil foi alcançado, o poder central não continue distraído, fazendo de conta, também neste sector, e como dizia Eça nos *Maias*, que “Lisboa é Portugal. (...) Fora de Lisboa não há nada. O país está todo entre a Arcada e S. Bento”.

A chamada “província” continua a ser aquela paisagem suficientemente longe, sem gente e sem recursos, e com poucos deputados para ter importância política e motivar decisões sérias. Espero que, pelo menos, já se tenha concluído, após décadas de abandono do interior, que o país se transformou numa jangada sobrecarregada de tudo no litoral e com minguagem de tudo no interior; jangada tão desequilibrada que já está meio submersa no litoral, e que assim, a continuar essa assimetria, acabamos todos no fundo!

Nós por cá, continuaremos a resistir, que sempre foi o papel dos raianos. Antes, com as fortalezas da fronteira, agora, e como diria Sebastião da Gama (1953):

*Haja ou não haja frutos,
pelo sonho é que vamos.*

Portalegre, 26 de Novembro de 2012